



ATOS GOLPISTAS

Oposição aumenta pressão sobre Motta

Líder bolsonarista anuncia que vai protocolar, dia 22, o requerimento para dar urgência ao projeto de lei que anistia os extremistas do 8 de Janeiro. Presidente da Câmara busca alternativa, e a ministra Gleisi Hoffmann recua de declaração sobre redução de pena

» VÍCTOR CORREIA
» LUANA PATRIOLINO
» WAL LIMA
» VANILSON OLIVEIRA

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que pretende protocolar em 22 de abril o requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Anistia aos golpistas do 8 de Janeiro. Segundo o parlamentar, até a noite de ontem, ele havia alcançado 265 assinaturas, número superior ao mínimo exigido para obter a tramitação acelerada da proposta. Caso a investida seja bem-sucedida, aumentará a pressão sobre o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que pautе o texto.

Sóstenes contou que continuará trabalhando por telefone, nos próximos dias, convencendo mais parlamentares a aderirem ao projeto, garantindo uma margem de segurança. A meta é alcançar pelo menos 280 assinaturas, considerando a possibilidade de recuo de deputados aliados ao governo. “No dia 22 de abril, quando os trabalhos na Casa forem retomados, protocolamos o requerimento e liberamos a lista com os nomes dos deputados que estão a favor do projeto”, afirmou.

Ele declarou, ainda, que vai retomar a obstrução de pautas na Câmara, caso Motta resista em pautar o projeto.

O presidente da Câmara vem sinalizando que não dará andamento ao texto. Porém, nos bastidores, tenta articular uma solução alternativa, como um indulto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a alguns dos envolvidos na invasão da Praça dos Três Poderes, ou uma revisão das penas.

O PL da Anistia, em sua forma atual, concede perdão total a todos os golpistas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro e auxiliares dele, acusados de tentativa de golpe de Estado.

Com o avanço do pedido de urgência, governistas passaram

Marina Ramos / Câmara dos Deputados



Base do governo na lista pela anistia

Dos nomes na lista, 140 são de deputados que compõem a base do governo Lula. O União Brasil, por exemplo, que comanda dois ministérios, teve 38 de seus parlamentares a favor da anistia, seguido do PP, com 34 signatários do documento; Republicanos, com 25; PSD, com 22; e MDB, com 20 votos. Na quinta-feira, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), cobrou de parlamentares que dizem pertencer à base do governo mais compromisso com o fortalecimento da democracia.

a admitir a redução das penas aos golpistas como alternativa, o que foi expressado pela ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, em conversa com jornalistas na noite de quinta-feira, na porta do Palácio do Alvorada, após reunião com Lula e parlamentares do União Brasil. “Falar sobre a anistia, ou a redução de pena a algumas pessoas do 8 de Janeiro, eu acho que é plenamente defensável do ponto de vista de alguns parlamentares. Talvez a gente até tenha que fazer essa discussão no Congresso. Agora, o que não pode acontecer é uma anistia àqueles que conduziram o golpe no país, ao governo Bolsonaro e aos generais”, comentou, na ocasião.

A declaração de Gleisi provocou insatisfação entre ministros do STF, que defendem que as condenações do 8 de Janeiro

são de competência do Judiciário. Alguns magistrados procuraram o governo para reclamar.

Ontem, Gleisi recuou da declaração. Ante a má repercussão no STF e entre integrantes do próprio governo, ela se retratou em nota divulgada nas redes sociais. A ministra frisou que a decisão sobre as penas cabe “única e exclusivamente” ao Supremo. E reforçou seu repúdio ao PL da Anistia.

“Quero deixar claro que eventuais revisões de pena aos réus do 8 de Janeiro cabem única e exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, que conduz os processos”, escreveu Gleisi. “Entendo, sim, que esse debate pode e deve ser feito na sociedade, inclusive no Congresso, como já vem acontecendo de fato, mas sem interferir na autonomia do Poder Judiciário.

Reafirmo minha crítica ao PL da Anistia e a seu substitutivo, que visam a impunidade de Bolsonaro e dos comandantes do golpe. São eles que manipulam a questão das penas para confundir a população e encobrir o objetivo de não pagar pelos crimes que cometeram contra a democracia”, acrescentou.

No STF, ministros não avaliam um modelo de revisão das punições dos condenados pelos ataques. Eles preferem esperar que os golpistas passem para a progressão de pena.

Os presos poderão progredir de regime em breve, pois a legislação brasileira prevê a concessão do benefício após o cumprimento de um sexto do tempo de reclusão. No caso dos condenados a 14 anos de prisão, a benesse será concedida a partir de maio.

» Condenação para 17 extremistas

O STF formou maioria, ontem, para condenar mais 17 réus pelos ataques do 8/1. O relator, ministro Alexandre de Moraes, votou a favor das punições e foi seguido pelos ministros Dias Toffoli, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Cármen Lúcia. Na divergência, estão André Mendonça e Nunes Marques, que propõem a absolvição dos réus. Moraes fixou que, em 16 casos, a pena fosse de um ano de reclusão. No outro, sugeriu pena de dois anos e cinco meses de reclusão.

Hugo Motta resiste em pautar o PL da Anistia; Gleisi enfatiza ser contra o projeto e afirma que eventuais revisões de pena aos réus cabem “única e exclusivamente” ao Supremo

Nesta semana, o ministro Gilmar Mendes, decano do STF, disse, em entrevista, não haver ambiente para discutir o perdão aos golpistas. O magistrado apontou a gravidade do caso, além do receio de uma nova crise institucional entre Legislativo e Judiciário.

“Não faz sentido algum discutir anistia neste ambiente, e os próprios presidentes das duas casas (Câmara e Senado) têm consciência disso. Seria a consagração da impunidade em um fato que foi e é extremamente grave”, criticou. “Estivemos muito perto de um golpe de Estado, uma tragédia política. Isso é extremamente grave.”

No entanto, o ministro Luiz Fux é um dos que discordam do relator do caso, Alexandre de Moraes sobre a dosimetria das penas.

Bolsonaro internado; STF abre ação penal por golpe

» DANANDRA ROCHA
» MAIARA MARINHO

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem quadro estável, após ser internado ontem, em Natal, devido a dores abdominais. A crise ocorreu enquanto ele cumpria compromissos do PL no interior do Rio Grande do Norte.

De acordo com boletim do Hospital do Rio Grande, Bolsonaro apresentou sinais de melhoras e segue sem previsão de alta e transferência para outro estado. O ex-presidente está sob dieta zero, recebendo hidratação venosa e utilizando sonda nasogástrica.

Ele foi inicialmente atendido no Hospital Municipal Aluízio Bezerra, em Santa Cruz, no interior do estado. Em seguida, levado a um heliponto, por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (**Samu**), e transferido, de helicóptero, para Natal.

O ex-ministro do Turismo Gilson Machado, que acompanhava Bolsonaro, relatou em vídeo enviado ao **Correio** que

Padilha exalta Lula

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, usou a imagem de Bolsonaro em uma ambulância do Samu para exaltar o programa, implantado em 2003, no primeiro mandato do presidente Lula. “Todo mundo sabe: na hora da emergência, chama o Samu 192! Atendimento de urgência para salvar vidas de Norte a Sul. Criado pelo presidente Lula, para todos os brasileiros, cada vez maior e mais rápido! Viva o SUS!”, escreveu Padilha na publicação no X (antigo Twitter).

o ex-presidente passou a noite inteira sem dormir devido às dores. “Isso tudo foi culpa da facada que ele levou. Às 5h da manhã, ele me chamou no quarto e liguei para o doutor Macedo”, afirmou Gilson, referindo-se ao médico que acompanha o ex-chefe do Executivo desde que ele levou uma facada, em Juiz de Fora (MG),

Divulgação Sec Segurança RN



Bolsonaro chega de helicóptero a Natal, após passar mal no interior do Rio Grande do Norte

durante a campanha presidencial de 2018.

Apesar de ter tentado manter parte da agenda, Bolsonaro voltou a se sentir mal após um evento público e foi levado ao hospital. Em seguida, houve a transferência, feita pelo helicóptero do governo, após determinação da governadora Fátima Bezerra (PT). “Determinei total empenho

e a adoção de todas as providências necessárias por parte das equipes das Secretarias de Saúde e de Segurança Pública do Rio Grande do Norte para prestar assistência ao ex-presidente da República”, escreveu a gestora nas redes sociais.

Nas redes sociais, o vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ) confirmou que o pai estava “acordado

e lúcido” durante a transferência.

O PL, por sua vez, divulgou nota informando o cancelamento dos compromissos políticos previstos e expressou consternação, afirmando estar em oração pela recuperação do ex-presidente. A entrega do título de cidadão natalense, prevista para ontem, também foi adiada.

Processo

Também ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o acórdão da decisão que tornou réus Bolsonaro e sete aliados dele por tentativa de golpe de Estado.

O documento oficializa o início da ação penal. Os réus serão intimados para apresentação de defesa prévia em até cinco dias.

Bolsonaro e aliados serão julgados por organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça — conforme denunciou a Procuradoria-Geral da República (PGR).

No grupo classificado como “Núcleo Crucial” da tentativa de golpe de Estado, estão também os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal e ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem; o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e o ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid.